

Ameaça à democracia

O GLOBO

MOREIRA FRANCO

18 MAI 1988

O PMDB foi instrumento decisivo para superar o autoritarismo e passar à elaboração do pacto de convivência entre as classes sociais e as regiões do País que se chama Constituição, pedra angular da nova ordem democrática.

Sem a nova Constituição não haverá democracia. Sem democracia, as mudanças que desejamos para a sociedade serão inviáveis. Sem as mudanças, sem projeto político que enfrente o abismo das desigualdades, não teremos nunca uma nação.

Esse é o desafio que se coloca hoje para o partido. Para novo desafio, novo partido. O novo PMDB tem pela frente a tarefa de aglutinar, pela ação política, as forças sociais majoritárias, com o objetivo de promover as transformações sem as quais as liberdades públicas estarão sempre sob ameaça.

As transformações indispensáveis esbarram na questão da dívida externa. O Brasil não pode aceitar restrições externas a seu projeto de recuperação democrática, que pressupõe a retomada do crescimento socialmente orientado.

O programa do novo PMDB deve inscrever em sua hierarquia de prioridades a mobilização dos recursos políticos que permitam buscar uma solução para a dívida externa.

O País não tem condições de continuar transferindo todos os anos bilhões e bilhões de dólares para o exterior. Não tem condições de continuar recebendo "dinheiro novo" apenas para pagar o serviço da dívida. Não pode aceitar, compulsoriamente, uma política econômica interna fundada no exclusivo objetivo de produzir superávits nas transações comerciais, para pagar juros aos bancos dos países ricos. Aceitar tal política é condenar-nos a manter o subdesenvolvimento, a degradação do setor público, e a contemplar o crescimento da dívida interna, criando um clima de desespero que só interessa aos que temem o voto popular.

Isso significa que o Brasil não pode renegociar a dívida externa em padrões convencionais. Não se trata de assumir posição irresponsável de confrontação ou de isolamento, num Mundo cada

vez mais integrado. Entendo que não há lugar em nosso tempo para projetos nacionais autárquicos. Mas não se pode comprometer o futuro do nosso povo aceitando e promovendo modalidades de pagamento que certamente nos levarão à recessão e ao sucateamento de nossa infraestrutura de serviços básicos, tanto na área econômica como na social.

É preciso encontrar mecanismo para forçar uma renegociação da dívida compatível com os interesses coletivos, sem correr os riscos do isolamento. Minha convicção sobre a posição do Brasil se forma a partir da visão que tenho do interesse nacional.

Afirmo que é preciso rever as teses nacionalistas, que se tornaram inoperantes nos cenários nacional e internacional contemporâneos. É preciso distinguir com clareza os benefícios e custos do atual estágio de internacionalização das economias. É nosso dever admitir que a participação do capital estrangeiro, adequadamente controlado pela lei, poderá ser compatibilizada com a promoção e a preservação dos interesses nacionais, na operação livre e legítima do mercado, contribuindo para o desenvolvimento de nossa capacidade produtiva.

Só uma nova modalidade de renegociação da dívida externa permitirá alcançar o objetivo do desenvolvimento econômico com correção dos desequilíbrios sociais.

Esse desenvolvimento socialmente orientado permitirá a redistribuição, através da participação, do poder político e econômico no País. E, mais ainda do que distribuir a renda, o PMDB quer distribuir a riqueza, fonte da própria renda. Longe de ser o crescimento um fim em si mesmo, como ocorreu durante os tempos perversos do que chamavam de "milagre brasileiro", queremos que o Brasil cresça em benefício de todos os brasileiros.

O novo padrão de desenvolvimento com orientação social busca a democratização das oportunidades, a satisfação das necessidades coletivas; a promoção de condições dignas de trabalho, mediante a redução sis-

temática do desemprego num contexto de modernização tecnológica; o aproveitamento do progresso técnico, para alterar efetivamente as condições de produção, distribuição e consumo, assegurando oferta eficiente à população dos bens e serviços a ela indispensáveis.

A satisfação das necessidades materiais básicas é condição indispensável ao pleno exercício da cidadania, complemento da democratização política e correlato indissociável da liberdade econômica.

A realização desse objetivo requer a adoção de medidas concretas e viáveis de recuperação progressiva do poder de compra dos salários, hoje nos níveis mais baixos da nossa História. Requer o aumento da produção e a estabilização dos preços dos bens e serviços que compõem a cesta social básica de consumo dos trabalhadores. Requer nova política de abastecimento, que garanta o acesso dos assalariados aos alimentos e aos serviços públicos que têm impacto direto sobre a renda real dos trabalhadores, como educação e transportes coletivos.

Assim se ligam, no projeto do PMDB, cujo debate se inicia, as condições em que o País vai fazer face a seus compromissos externos e as tarefas básicas da consolidação democrática. Mas há ainda duas questões que para as quais é necessário voltarmos nossa atenção imediatamente, pois condicionam, a curtíssimo prazo, o futuro.

Em primeiro lugar, recusamos a endossar qualquer medida recessiva ou de redução salarial. A recessão e a redução dos salários, já baixíssimos, têm os mais graves efeitos sociais, que podem comprometer a ordem democrática. É possível combater a inflação sem recessão e sem iniquidade.

Finalmente, é impossível que o País continue a conviver com esta inflação gigantesca, que corrói os salários e cria um clima social e moral deletério, no qual o aventureirismo substitui a prudência, a esperteza expulsa a honestidade e o trabalhador perde o lugar para o especulador e para o ladrão.

Wellington Moreira Franco é Governador do Rio de Janeiro.